TRABALHO PEDAGÓGICO COM IMAGENS DE PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA EM MATERIAL DIDÁTICO NA EDUCAÇÃO FÍSICA À LUZ DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Helen Harue Saito (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Giuliano Gomes de Assis Pimentel (Orientador). E-mail: ra141044@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências da Saúde, Maringá, PR.

Centro de Ciências da Saúde/Educação Física

Palavras-chave: Recursos educacionais; Consentimento; Direito à Imagem.

RESUMO

O presente trabalho interdisciplinar analisa a conformidade legal e pedagógica do uso de imagem de crianças e adolescentes em materiais didáticos no âmbito da Educação Física, voltados ao ensino de Práticas Corporais de Aventura (PCAs). À luz das diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o registro visual de vivências corporais configura recurso didático relevante, mas impõe desafios diante da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Trata-se, sobretudo, de pesquisa bibliográfica e documental que busca identificar o estado da arte quanto à produção de materiais didáticos voltados ao ensino das PCAs. No tocante à discussão do projeto, analisamos de que forma a legislação impacta a elaboração e a publicação de materiais didáticos na Educação Física, especialmente quando envolvem imagens de estudantes em práticas corporais de aventura. Os resultados obtidos evidenciam que, ao elaborar um material didático, o autor não deve apenas se preocupar com a proteção autoral; pelo contrário, precisa adequar-se às exigências relativas ao tratamento de dados pessoais. Como síntese desse percurso, a utilização pedagógica da imagem de educandos requer a observância estrita do princípio do melhor interesse, a obtenção de consentimento específico e destacado por pelo menos um dos responsáveis legais, além da priorização de técnicas de anonimização ou do uso de ilustrações genéricas, como forma de mitigar riscos de exposição indevida.

INTRODUÇÃO

A inclusão das Práticas Corporais de Aventura (PCAs) como unidade temática da Educação Física na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) tem contribuído para sua inclusão gradual nos currículos das escolas brasileiras (AGAPTO; MOURA, 2023). Todavia, apesar desse avanço, persiste ainda uma carência na produção científica sobre essas práticas, sobretudo no que diz respeito à sua efetiva inserção no ambiente escolar (TAHARA *et al.*, 2018).

Embora as PCAs expressem o elemento do risco calculado, a realização dessas atividades sem devida fundamentação teórica resultaria na exposição a riscos incalculados. Como objetos de circulação de cultura, as fotografias cumprem

o seu papel de veicular os conhecimentos da Educação Física, especificamente, dando a ver os movimentos corporais para serem aprendidos (RETZ, et al., 2019).

Em consequência, as crianças são as pessoas que mais aparecem nas fotos dos livros de Educação Física dos professores. As imagens da infância predominam supostamente porque os livros são voltados para os estágios escolares da infância, anos iniciais da Educação Básica (LORO et al., 2021). Dessa forma, a utilização dessas representações de crianças na elaboração de materiais didáticos voltados às PCAs mostra-se fundamental, favorecendo a compreensão dos movimentos, dos procedimentos de segurança e das formas adequadas de realização das atividades.

Diante da publicação do livro "Aventura da Escalada" (ISBN 978-65-01-94258-2), pelo Grupo de Estudos do Lazer (GEL), tornaram-se evidentes inúmeras dificuldades envolvidas no processo de elaboração de materiais didáticos. Nesse contexto, o estudo foi organizado em três eixos principais: direitos autorais, direito à imagem e aspectos editoriais relacionados à publicação.

Com isso, delineia-se o trajeto que conduz à formulação do problema de pesquisa orientadora deste estudo: *Quais leis e normas regem a produção de material didático? Como estas podem ser interpretadas para que o professor(a) de Educação Física possam criar seus próprios materiais, sobretudo ao utilizar imagens de alunos?*

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de caráter interdisciplinar ao contemplar a intersecção entre o campo do Direito e a Educação Física. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa, de cunho bibliográfico e documental. O levantamento de dados compreendeu, precipuamente, a análise das legislações vigentes, como a Lei nº 9.610/1998, Lei nº 9.394/1996, Lei nº 13.709/2018. A curadoria seguiu o método dedutivo, confrontando os princípios da proteção de dados com as rotinas práticas de elaboração e publicação de recursos didáticos no ambiente escolar voltados às PCAs.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Qualquer orientação jurídica sobre imagem poderá ser revisada no futuro porque as interpretações flutuam. De fato, há dificuldades que permeiam o estudo do direito à imagem, tendo em vista que diversas lacunas subsistem esse campo do Direito. É inegável o enquadramento da imagem como dado pessoal quando permite identificar uma pessoa (art. 5°, I, da LGPD). Isso posto, a inviolabilidade da imagem no ECA, o art. 17 do ECA assegura a preservação da imagem como dimensão da integridade física, psíquica e moral do educando, reforçando o dever de vigilância da escola.

Nesse sentido, o tratamento de dados de crianças somente poderá ocorrer mediante consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal (art. 14, §1º, LGPD). Para imagens capturadas em ambiente escolar, deve-se colher o Termo de Assentimento dos alunos e do Termo de Autorização de Uso de Imagem, devidamente assinado pelos pais ou responsáveis legais. Além disso, recomenda-se a obtenção do Termo de

Autorização da instituição de ensino para a realização dos registros, de modo a formalizar a anuência da escola.

Quanto ao terceiro eixo da pesquisa, o ISBN identifica uma publicação específica quanto à sua edição, formato e editora, sendo essencial para comercialização, rastreamento e catalogação de cada obra na base de dados, deve ser solicitado junto à CBL. Após a publicação, deve-se providenciar o depósito legal, com o envio dos exemplares exigidos à Biblioteca Nacional. Cumpre salientar que esses procedimentos são distintos do registro autoral, que é facultativo, embora sirva como prova de autoria e anterioridade.

CONCLUSÕES

O presente estudo permitiu compreender que as PCAs demandam recursos visuais para facilitar seu aprendizado. Todavia, tal finalidade educativa não afasta a necessidade de observar os aspectos legais relacionados à proteção da imagem e aos direitos autorais.

Conclui-se que o cumprimento do art. 14 da LGPD e do art. 17 do ECA não obsta a produção de recursos educacionais. Pelo contrário, visto que deve orientar a adoção de medidas preventivas. Nesse sentido, a obtenção prévia de consentimento destacado dos responsáveis, aliada à transparência quanto à finalidade e à destinação dos registros, constitui parâmetro fundamental para assegurar a conformidade legal.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq, pelo financiamento e oportunidade de me dedicar à pesquisa, graças ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC).

REFERÊNCIAS

AGAPTO, R. E. de S.; MOURA, D. L. As Práticas Corporais de Aventura no Currículo dos Cursos de Licenciatura em Educação Física nas Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil. **Licere**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 204-220, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/48245. Acesso em: 18 ago. 2025

BRASIL. **Lei 13.709, 14 de agosto de 2018.** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 15 de agosto de 2026.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 13563, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 4 ago. 2026.

LORO, A. P.; MOYA-MATA, I.; VALENCIA-PERIS, A.; NUNES, M. A. L.; DEVÍS-DEVÍS, J. A diversidade nas imagens dos manuais do professor de Educação Física no Brasil. **Movimento,** Porto Alegre, v. 27. 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mov/a/7XhmXgsDBxp8NtYcgW4VSDL/format=html&lang=pt&il an g=pt_BR. Acesso em: 4 ago. 2026.

RETZ, R. P. C.; FERREIRA NETO, A.; CASSANI, J. M.; SANTOS, W. dos. O ensino por imagens na imprensa periódica da Educação Física (1932-1960). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, e058, 2019. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/44619/pdf. Acesso em: 21 ago. 2026.

TAHARA, A. K.; SOARES, D. de C.; DARIDO, S. C. Estado da arte: Práticas corporais de aventura e Educação Física escolar. **Arquivos de Ciências do Esporte**, v.6, n.3, p. 98-101. 2018. Disponível em: https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/aces/article/view/2978/3503. Acesso em: 7 ago. 2026.